

Coluna do Castello

Simon vê golpe contra Sarney

Seguirá assim até o dia em que o deputado Bernardo Cabral tiver que apresentar seu próximo anteprojeto da futura Constituição. Ora algum deputado anunciará que a sua, afinal, é a verdadeira proposta sobre sistema de governo do interesse do presidente da República, ora algum grupo numeroso de políticos revelará os termos de outra proposta — essa, sim, capaz de obter o aval de Sarney e, ao mesmo tempo, dos patrocinadores da introdução do parlamentarismo no país.

O presidente, por enquanto, fixou-se na recusa a qualquer sugestão que implique na mudança do atual sistema de governo. Admite o fortalecimento do Congresso e ponto final. Final ou quase. Avalia as forças com que conta para derrotar o parlamentarismo na Comissão de Sistematização e, mais tarde, se preciso, no plenário da Constituinte. Nem por isso obstruirá os canais de entendimento com os que defendem a revogação do presidencialismo.

A reunião dos governadores em Florianópolis mostrou que o presidente conta com sólidos aliados para fazer prevalecer seu ponto de vista. Dos dez governadores que ali compareceram, incluindo dois que enviaram representantes, oito proclamaram a conveniência do presidencialismo ser mantido. A certa altura do encontro, quando os governadores de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal tinham votado pelo presidencialismo, o do Rio Grande do Sul provocou-os, bem-humorados:

— Não precisa mais, tchê. Eu vejo que o país não terá problemas de candidatos a presidente da República. Só aqui temos vários.

Ali, apenas dois governadores, o do Rio Grande do Sul e o do Espírito Santo, eram favoráveis à adoção do parlamentarismo. Com uma ressalva que fortalece mais ainda a posição do presidente: os dois querem o parlamentarismo para o período que se iniciará com o sucessor de Sarney. “O parlamentarismo, em 1961, foi um golpe aplicado contra o Jango”, argumentou o governador Pedro Simon. “Se instituído agora, será um golpe contra Sarney.” Simon foi ainda mais longe na sua intervenção.

Sarney anunciou que quer governar cinco anos. Ex-adversário da candidatura de Sarney a vice na chapa de Tancredo, herdeiro de um estado financeiramente falido, Simon gostaria que Sarney governasse seis anos. O encurtamento do mandato para cinco anos “será um fator que complicará ainda mais a conjuntura política do país”, disse Simon. Por isso

mesmo, o governador não quer nem ouvir falar em diretas para presidente em 1988.

Considera o próximo ano reservado para a elaboração das leis ordinárias que a nova Constituição exigirá e para que as assembleias legislativas possam promover as necessárias adaptações das constituições estaduais. “Como enfrentarmos uma eleição presidencial em meio a essas tantas coisas?” — indagou Simon. A vitória de Sarney na reunião de Florianópolis completou-se com a apuração de mais dois fatos.

Todos ali se puseram de acordo em apoiar o tamanho do mandato dos sonhos do presidente. O governador Moreira Franco, autor da proposta de um plebiscito para que o sistema de governo consagrado na futura Constituição obtenha o batismo popular, rerepresentou a proposta noutros termos. Só prega agora o plebiscito se o parlamentarismo for adotado. Lembrou que o presidencialismo foi resgatado no governo Goulart através da consulta à população e que só a população pode remetê-lo para o lixo.

Os parlamentaristas sinceros e não radicais pretendem perseguir a vitória até o último minuto. Depois de, na sexta-feira, ter informado ao ministro-chefe do SNI que o parlamentarismo será aprovado no âmbito da Comissão de Sistematização, o senador Fernando Henrique Cardoso fez o mesmo com o ministro do Exército no sábado à noite, no jantar de aniversário do ministro Marcos Freire, da Reforma Agrária.

Reuniu-se, ali, uma miniconstituinte — ou um pedaço da Constituinte que verdadeiramente importa. O ministro do Exército ouviu o que lhe disseram sem se comprometer com nada. “As coisas vão indo e o Leônidas acabará tendo que aceitar a realidade”, comentou Fernando Henrique com o deputado Pimenta da Veiga. Ao deputado Fernando Santana (PMDB-BA), o senador José Richa contou que Sarney poderá negociar a aprovação do parlamentarismo e sua implantação gradual ao longo dos próximos dois anos.

Agem os parlamentaristas por um lado e o presidente por outro. Na última terça-feira, o deputado mineiro José Ulysses, do PMDB, membro da Comissão de Sistematização, foi surpreendido por um telefonema do Palácio do Planalto. Avisaram-lhe que a audiência pedida com Sarney fora marcada para a manhã da sexta-feira. José Ulysses alegou que não pedira audiência alguma e que na sexta-feira tinha compromisso em Minas. Um novo telefonema informou-o de que Sarney poderia recebê-lo na quinta à tarde.

O deputado escapou com a desculpa de que viajaria para Minas logo após o almoço da quinta-feira. Outro telefonema comunicou a José Ulysses que fora encontrada uma brecha na agenda presidencial na manhã da quinta-feira. O deputado pediu desculpas e não foi. Ele é parlamentarista

Ricardo Noblat

Interino

FOHHA DE SÃO PAULO

JORNAL DO BRASIL